

## Interior

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE (I) FAZENDA BELA VISTA HOLDING LTDA. (CNPJ: 41.850.309/0001-58); (II) VALLER & GOES - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. (CNPJ: 32.597.321/0001-01); E, (III) ROSIMAR VALLER (CNPJ: 56.008.534/0001-19).**

Art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005. Processo n.º 0028233-83.2024.8.16.0021

Classe/Assunto: Recuperação Judicial

Edital expedido por determinação do MM. Juiz de Direito Luciano Lara Zequinão, nos autos do **PROCESSO nº 0028233-83.2024.8.16.0021 de RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ajuizada por (I) **FAZENDA BELA VISTA HOLDING LTDA. (CNPJ: 41.850.309/0001-58); (II) VALLER & GOES - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. (CNPJ: 32.597.321/0001-01); e, (III) ROSIMAR VALLER (CNPJ: 56.008.534/0001-19)**, que tramita perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel - Estado do Paraná - com prazo de 15 (quinze) dias corridos. O Dr. Luciano Lara Zequinão, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER** que nos autos acima enumerados foi deferido o processamento da Recuperação Judicial ajuizada por parte de (I) **FAZENDA BELA VISTA HOLDING LTDA. (CNPJ: 41.850.309/0001-58); (II) VALLER & GOES - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. (CNPJ: 32.597.321/0001-01); e, (III) ROSIMAR VALLER (CNPJ: 56.008.534/0001-19)**, cujo (I) **RESUMO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, nos termos do art. 52, §1º, I, da Lei 11.101/2005 "LREF", segue elencado na sequência: Trata-se de pedido de recuperação judicial aforado por Rosimar Valler, Gilmar Goes Agropecuária, Valler & Goes - Gestão e Administração de Bens Ltda. e Fazenda Bela Vista Holding Ltda., na data de 28/08/2024, perante a 4ª Vara Cível e Empresarial Regional de Cascavel, Estado do Paraná, sob o nº 0028233-83.2024.8.16.0021, no qual narram que:

a) compõem um grupo rural que iniciou suas atividades em 2017, no cultivo de cereais no município de Alto Piquiri/PR. Relatam que, com o aquecimento inicial do mercado agrícola, expandiram suas operações, adquirindo propriedades, equipamentos de alto valor agregado e silos de armazenamento. Contudo, enfrentam atualmente uma grave crise econômico-financeira; b) Desde 2017, o grupo expandiu suas operações, mas enfrentou sucessivos fatores adversos, como severas crises climáticas (seca e baixa produtividade), a volatilidade dos custos, a queda nos preços de commodities agrícolas e o aumento nas taxas de juros, o que levou à perda de receitas e à incapacidade de honrar compromissos financeiros, especialmente junto a instituições financeiras. c) Para manter suas atividades e superar as dificuldades, os requerentes buscaram crédito junto a diversas instituições financeiras, o que resultou em uma alta concentração de dívidas; d) Apesar da crise, o grupo permanece viável, gerando empregos e renda para a região, sendo essencial a recuperação judicial para possibilitar a reorganização de suas operações e a continuidade das atividades; e) No mais, pleiteiam a consolidação substancial dos ativos e passivos, nos termos do art. 69-J da Lei 11.101/05, argumentando que há confusão patrimonial entre os integrantes do grupo, com garantias cruzadas e atuação conjunta no mercado. Justificam que a consolidação é imprescindível, pois não é possível individualizar os bens e obrigações sem elevado dispêndio de recursos e tempo. Requerem que os ativos e passivos sejam tratados como pertencentes a um único devedor, permitindo a apresentação de um plano de recuperação unitário; f) Ao final, requerem: que seja confirmada integralmente a Tutela Cautelar Antecedente deferida, estendendo seus efeitos para: (i) proibir qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro ou constrição sobre os bens das requerentes; (ii) determinar o sobreestamento de protestos já realizados; (iii) declarar a essencialidade dos bens (veículos e maquinários) listados, determinando sua permanência na posse das requerentes; e (iv) adotar outras providências que assegurem a continuidade das atividades; e, ainda, g) solicitam a expedição de edital nos moldes do artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005, a decretação de segredo de justiça nos autos e, ao final, a concessão da recuperação judicial nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005. Também em cumprimento ao disposto no art. 52, §1º, I, da citada Lei, destaca-se que foi proferida (II) **DECISÃO DEFERINDO O PROCESSAMENTO DO PEDIDO**, nos termos do art. 52, da LREF, à seq. 126 dos autos, em 29/11/2024, que, inicialmente, homologou a desistência do coautor Gilmar Goes em participar do processo, com a exclusão de seu nome do polo ativo. Ressaltou que a desistência de Gilmar não impede o prosseguimento da recuperação judicial em relação aos demais autores, considerando tratar-se de litisconsórcio ativo e a necessidade de consolidação substancial dos ativos e passivos. Deferiu o processamento da recuperação judicial requerida por Fazenda Bela Vista Holding Ltda., Rosimar Valler e Valler & Goes Gestão e Administração de Bens Ltda., reconhecendo a regularidade da documentação apresentada e a presença dos requisitos legais. Destacou a comprovação de controle societário comum entre as empresas do grupo, bem como a existência de garantias cruzadas, fatores que justificaram o deferimento da consolidação processual e substancial, tratando os ativos e passivos como pertencentes a um único devedor, nos termos da Lei nº 11.101/2005. Reconheceu a essencialidade a dos imóveis matriculados sob os nºs 2097, 2112, 380, 1368, 2956, 617, 8523, 2096, 2095, 1292, 460 e 3862 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri para a continuidade das atividades das recuperandas, determinando sua manutenção na posse dos devedores durante o período de moratória. Ordenou a suspensão das execuções e dos atos de constrição judicial ou extrajudicial, bem como da prescrição das obrigações sujeitas à recuperação, por 180 dias. Além disso, fixou o prazo de 60 dias para a apresentação do plano de recuperação judicial

unitário, determinou a expedição de edital com a relação de credores e deferiu a dispensa de apresentação de certidões negativas para o exercício das atividades, ressaltando a contratação com o poder público ou o recebimento de benefícios fiscais.

Nomeou a administradora judicial Auxilia Consultores para conduzir o processo determinando que sejam apresentados os relatórios mensais de atividade em incidente específico para tanto, bem como relatório de andamento processual a ser apresentado no feito principal. Por fim, determinou que fossem oficiadas a Junta Comercial e a secretaria da Receita Federal para as anotações necessárias, além da intimação do Ministério Público para ciência do processamento do feito. (III) **RELAÇÃO DE CREDORES**: Em atenção ao disposto no art. 52, §1º, II, da LREF, abaixo, relaciona-se nominalmente os credores conforme listagem organizada e apresentada pelas Devedoras: **Classe I - Trabalhista**: Edmilson Cardoso da Silva, 033.059.509-19, R\$ 5.175,62; Valdir Alves da Conceição, 016.899.729-04, R\$ 6.706,59. Total: R\$ 11.882,21. **Classe II - Garantia Real**: D' Marco Empreendimentos Imobiliários LTDA, 09.381.881/0001-02, R\$ 910.000,00; Banco Santander (Brasil) S.A, 90.400.888/0001-42, R\$ 4.202.193,03; SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo, 81.099.491/0001-71, R\$ 4.276.377,16; Total: R\$ 9.388.570,19. **Classe III - Quirografária**: M. A. MAQUINAS AGRICOLAS LTDA; 01.092.817/0006-04, R\$ 228.000,00; UMUDIESEL DERIVADOS DE PETROLEO LTDA; 07.472.923/0001-95, R\$ 41.425,00; SILVA & SECCO LTDA; 22.272.093/0001-46, R\$ 15.200,00; COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA; 76.093.731/0003-52, R\$ 189.385,42; COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA; 76.093.731/0022-15, R\$ 169.157,91; SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo; 81.099.491/0001-71, R\$ 3.061.247,64; Total: R\$ 3.704.415,97. (IV) **ADVERTÊNCIAS**: Por fim, atendendo-se ao disposto no art. 52, §1º, III, da LREF, destaca-se que: a) o §1º, do art. 7º, da Lei 11.101/2005, confere aos credores o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da publicação do presente edital (art. 52, §1º, Lei 11.101/2005), para que apresentem, diretamente ao Administrador Judicial, suas habilitações e/ou divergências quanto aos créditos relacionados pela Devedora. Para tanto, o credor, primeiramente, poderá preencher formulário disponível no site eletrônico da Administração Judicial (<https://www.auxiliaconsultores.com.br/modelos.php>) e, na sequência, seguir o contido no Art. 9º da Lei 11.101/2005, o qual dispõe que: "A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I - o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II - o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III - os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV - a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V - a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor. Parágrafo único. Os títulos e documentos que legitimam os créditos deverão ser exibidos no original ou por cópias autenticadas se estiverem juntados em outro processo". As habilitações e/ou divergências de crédito deverão ser encaminhadas, tempestivamente, diretamente à Administradora Judicial **AUXILIA CONSULTORES LTDA.**, para o e-mail: [contato@auxiliaconsultores.com.br](mailto:contato@auxiliaconsultores.com.br), com o assunto "**HABILITAÇÃO/DIVERGÊNCIAGRUPO BELA VISTA**". Não devem ser apresentadas divergências ou pedidos de habilitações nos autos principais do processo. b) Oportunamente, os credores terão o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, objetarem o plano de recuperação judicial a ser apresentado pelas Devedoras, diretamente nos autos principais, nos termos do art. 55, da LREF. Finalmente, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Cascavel, Estado do Paraná, 03 de abril de 2025.

-Assinatura Digital-

LUCIANO LARA ZEQUINÃO

Juiz de Direito

4ª Vara Cível e Empresarial de Cascavel/PR